

ANEXO I
Apresentação
Estruturação do Plano Plurianual
Caracterização do Distrito Federal

Apresentação

A singularidade do Distrito Federal no cenário nacional faz com que os obstáculos ao seu desenvolvimento sejam muito particulares. Essa característica dificulta a utilização de modelos administrativos e econômicos tradicionais, exigindo soluções inovadoras e dinâmicas.

Brasília enfrenta, ainda, inúmeros dilemas, pois precisa crescer para manter o alto padrão de renda e qualidade de vida de sua população, mas ao mesmo tempo precisa se desenvolver sem degradar o projeto de Lúcio Costa e o Sonho de Juscelino Kubitschek.

Para administrar economias complexas e dinâmicas como a do DF, é necessário antecipar tendências e organizar ações ao longo do tempo, o que torna o Planejamento um instrumento fundamental e imprescindível para, de um lado, nortear o desenvolvimento e, de outro, manter o equilíbrio fiscal.

A integração entre o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual permitirá que as ações planejadas para longo, médio e curto prazo efetivamente orientem o administrador no decorrer dos exercícios fiscais.

Os objetivos, diretrizes e metas governamentais traçados neste Plano foram inspirados na necessidade de acelerar o crescimento econômico e financeiro do Distrito Federal, orientado para melhorias na qualidade de vida de sua população.

Nesse sentido, o Governo do Distrito Federal integra suas premissas mais gerais, relativas ao seu papel no desenvolvimento da região central do País, e à eficiência e eficácia na utilização dos recursos públicos.

O Governo destinará mais recursos para investimentos em infra-estrutura, avançará na implementação de programas de emancipação social e promoverá soluções para a reorganização espacial da economia e dos problemas decorrentes das mudanças em sua base produtiva.

Para realização dos objetivos e metas elencados no PPA 2008-2011 foram previstos recursos no montante de R\$ 45,1 bilhões.

1. Estruturação do Plano Plurianual

O Plano Plurianual – PPA é o instrumento básico de planejamento de médio prazo que detalha, por região administrativa, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública do Distrito Federal. Para a sua elaboração é necessária a observação das determinações impostas pelo plano de ordenamento territorial no que se refere à questão ambiental e expansão urbana.

A Plano apresentado estabelece as metas quantificadas física e financeiramente, para despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas a programas de duração continuada, para o período de 2008 a 2011.

O PPA é constituído por uma base estratégica, elaborada a partir de uma avaliação sobre a situação atual do Distrito Federal e sua relação com o entorno, e uma programação, que organiza o nível tático-operacional da ação governamental, composta por programas e ações.

O Plano Plurianual é estruturado por Programas de Governo, e estes são integrados por ações que resultem em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade. Também compõem o Plano, as ações relacionadas com gastos de natureza administrativa e todos os demais gastos relacionados à gestão pública, tais como planejamento, administração financeira, controle, administração de pessoal, comunicação e outros.

Não integram o Plano Plurianual as despesas que não contribuem para o ciclo produtivo do Governo, nem tampouco para alcance de seus objetivos. Dentre essas ações, denominadas Operações Especiais, estão as despesas relativas à dívida, transferência, ressarcimentos, indenizações e outras afins que representam agregações neutras.

Para a elaboração do PPA foi considerada, em primeiro, a avaliação da situação atual e perspectivas da Ação Governamental, baseadas em estudos dos problemas e das potencialidades do Distrito Federal e seu entorno, bem como das possibilidades de cooperação com o setor privado e de ações inseridas no planejamento territorial integrado.

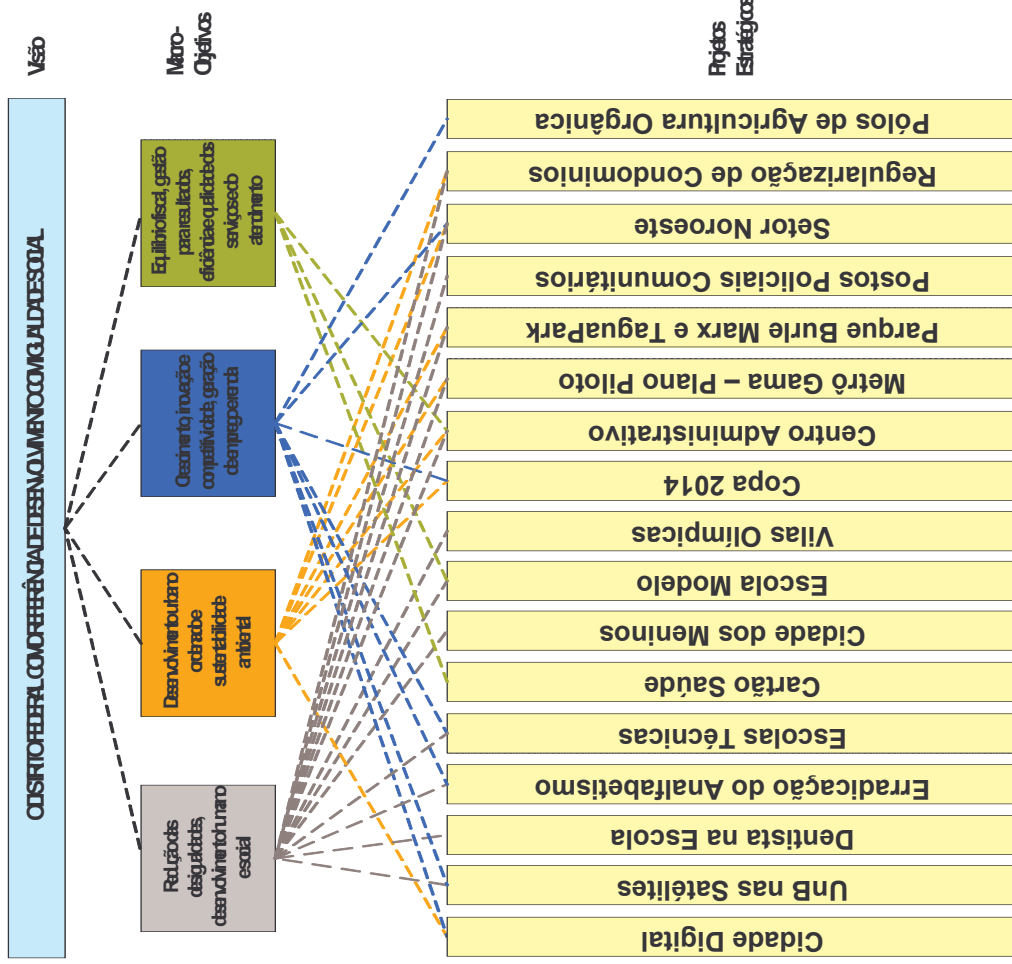
A segunda etapa foi elaborada considerando as seguintes premissas:

- Definição de macro-objetivos e diretrizes gerais da administração pública;
- Levantamento dos Projetos Estratégicos necessários para a promoção do desenvolvimento com igualdade social e outras iniciativas prioritárias;

Essa definição estratégica segue a lógica do Quadro I, apresentado. Para elaboração das demais etapas foram consideradas:

- Levantamento das ações em andamento em cada área de atuação do Governo e das demandas da população por novas ações;
- Avaliação das restrições legais ao planejamento orçamentário: vinculações de receitas, limites de gastos e outras;
- Definição dos limites de recursos disponíveis por órgãos/ entidade.

Quadro I
Mapa Estratégico do Distrito Federal



1.1. Participação Popular

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 48, parágrafo único estabelece que a transparência da Administração Pública será assegurada mediante incentivo a participação popular de audiências públicas, durante o processo de elaboração e discussão dos planos e Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual.

No transcorrer do mês de agosto de 2006 foram realizadas 29 reuniões de consulta à população em todas as Regiões Administrativas. Os encontros contaram com 1.423 participantes, dentre representantes de segmentos organizados da população, moradores, trabalhadores na região e servidores da Administração, que apresentaram 3.863 sugestões/pleitos, para integrar o orçamento de 2007 ou, na impossibilidade, serem atendidos no Plano Plurianual de 2008/2011.

As principais sugestões referem-se a reforma e construção de praças públicas, quadras de esportes, centros culturais, feiras de comercialização, calçadas e meios fios, estacionamentos, paradas de ônibus, parques infantis. Também foram mencionados a promoção de eventos esportivos e culturais, a instalação de redes de iluminação pública e a captação e escoamento de águas pluviais.

2. Caracterização do Distrito Federal

O Distrito Federal possui uma área de 5.789,16 km² e está dividido em 29 Regiões Administrativas conforme relação a seguir:

- Região I – Plano Piloto
- Região II – Gama
- Região III – Taguatinga
- Região IV – Brazlândia
- Região V – Sobradinho
- Região VI – Planaltina
- Região VII – Paranoá
- Região VIII – Núcleo Bandeirante
- Região IX – Ceilândia
- Região X – Guará
- Região XI – Cruzeiro
- Região XII – Samambaia
- Região XIII – Santa Maria
- Região XIV – São Sebastião
- Região XV – Recanto das Emas
- Região XVI – Lago Sul
- Região XVII – Riacho Fundo
- Região XVIII – Lago Norte
- Região XIX – Candangolândia
- Região XX – Águas Claras
- Região XXI – Riacho Fundo II
- Região XXII – Sudoeste/ Octogonal
- Região XXIII – Varjão
- Região XXIV – Park Way
- Região XXV – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento
- Região XXVI – Sobradinho II
- Região XXVII – Jardim Botânico

Região XXVIII – Itapoã
Região XXIX - SIA

2.1. Indicadores do Distrito Federal
Indicadores Demográficos e Sociais

População	2.333.108 hab. (IBGE/2005)
Densidade	354,3 hab./km ²
Crescimento Demográfico	2,82 % ao ano
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	0,849 (PNUD/2000)
Analfabetismo	4,35 % (2003)
Mortalidade infantil	17,5‰ (2002)
Expectativa de vida	74,9 anos (IBGE/2005)

Indicadores Econômicos

PIB per capita	R\$ 16.361,00 (IBGE/2003)
PIB	R\$ 37.752.658 mil IBGE/2003 (2,5% do PIB nacional)

2.2. Índice de Desenvolvimento Humano no Distrito Federal

Desde 1991, o Distrito Federal é líder em qualidade de vida entre as 27 unidades da Federação, segundo o índice de Desenvolvimento Humano medido pela ONU. O IDH do DF passou de 0,799 em 1991 para 0,849 em 2003, bem acima da média brasileira, que é de 0,766. O índice na Região Administrativa de Brasília chega perto dos melhores do mundo, com a marca de 0,936, enquanto Samambaia encontra-se numa faixa razoável, na ordem de 0,781.

O IDH alto, segundo as mais recentes avaliações técnicas, é resultante, principalmente, das condições de vida desfrutadas pela base da pirâmide social. O índice de escolarização é o maior do Brasil. O número de crianças entre sete e 14 anos matriculadas nas escolas chegou a 98,7%. No serviço público, responsável por quase metade da economia local, 50% dos funcionários têm nível universitário, 30% nível médio e só 20% ficaram no básico. Também há postos de saúde, coleta de lixo, água potável e esgoto sanitário para quase 100% da população do DF.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, tratado pelo IBGE no Censo do ano 2000, mostra a necessidade premente de se incrementar o desenvolvimento do Planalto Central a partir dessa realidade positiva do DF. Isso porque, quando se considera o Entorno de Brasília - formando-se o Grande DF com a inclusão das cidades mineiras e goianas mais próximas - em confronto com as 33 regiões metropolitanas do país, a posição dessa sub-região no ranking nacional cai para o 11º lugar, com IDH de 0,75. Ou seja: o DF precisa consolidar o seu desenvolvimento para absorver as pressões sociais oriundas das cidades mineiras e goianas próximas, onde as condições de vida apresentam registros inferiores ao da Capital Federal.

2.3. Situação do Distrito Federal

2.3.1. Aspectos Físico-territoriais

Brasília teve seus limites originais rompidos pela pressão populacional que foi atraída pela Capital, provocando um extravasamento populacional fora dos limites do Plano Piloto, originalmente previsto para abrigar 600.000 habitantes.

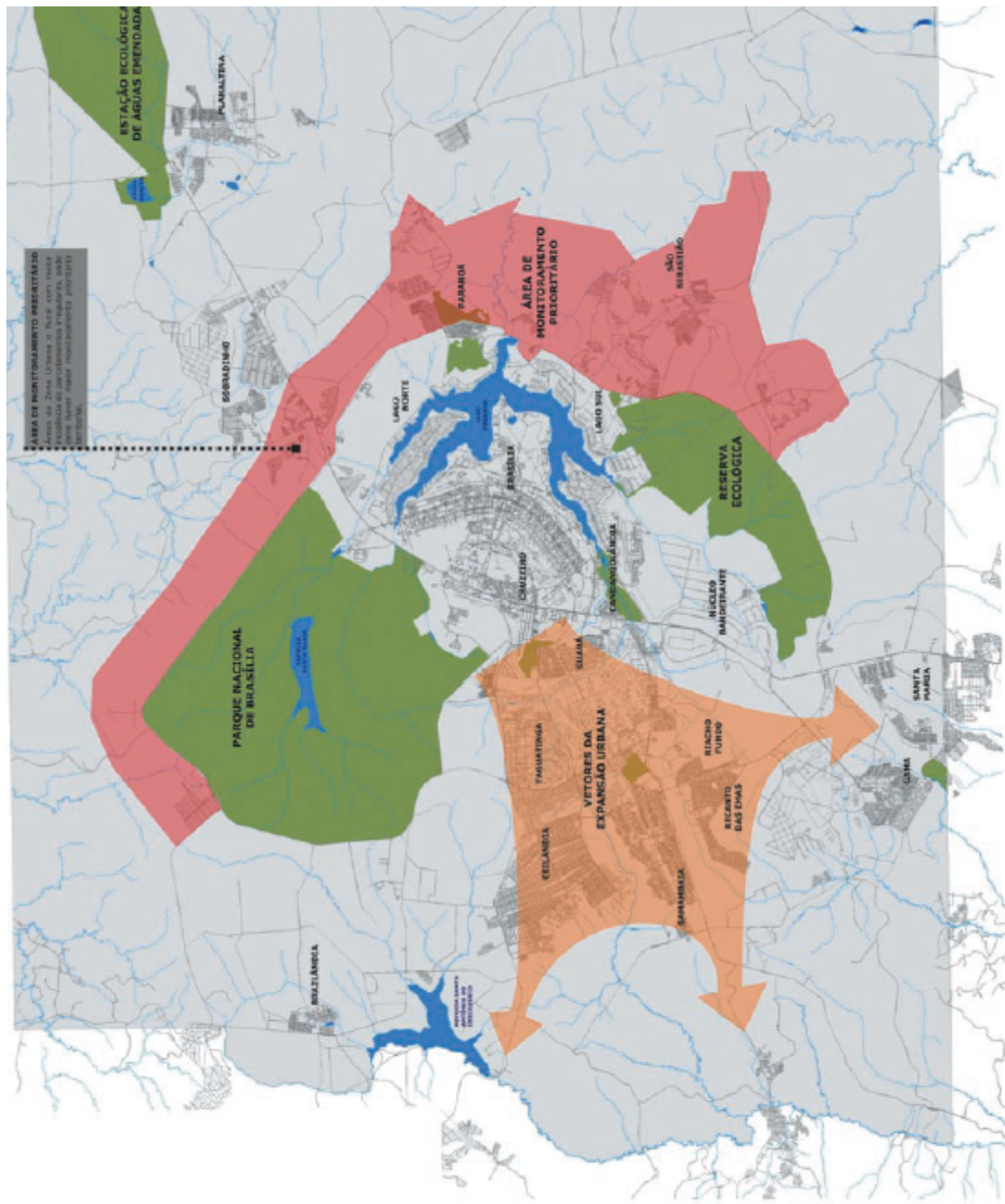
A falta de uma política racional de ocupação do solo ao longo de quatro décadas, fez com que a classe média se apropriasse de áreas de terras, transformando-as em condomínios fechados.

Uma das características da metrópole é a fragmentação da estrutura urbana que tem como consequência um transporte público ineficiente e caro, estimulando o uso do transporte individual e gerando demandas por mais vias de acesso e obras de arte que não resolverão os problemas e congestionamento nas horas de pico.

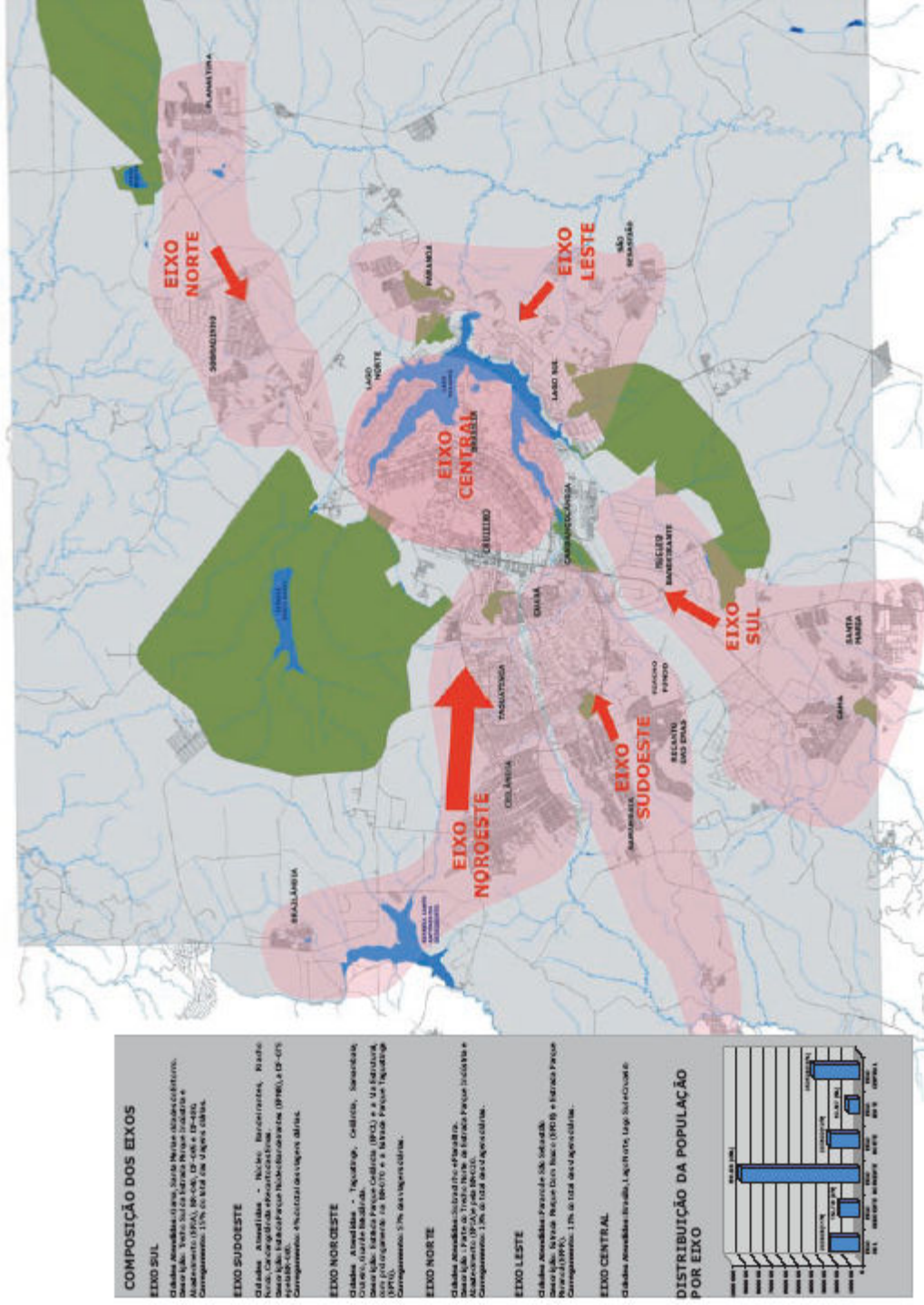
A maioria das cidades do Distrito Federal transformou-se em cidade-dormitório, onde há pouca oferta de vagas no ensino superior, serviços públicos e, principalmente postos de trabalho. Grande parte dos investimentos do Governo vai para o Plano Piloto, área de maior concentração de atividades econômicas e que reúne hoje 70% dos empregos do Distrito Federal.

A maior parte da população de baixa renda está concentrada fora do Plano Piloto e mesmo para além dos limites do Distrito Federal, formando o que se denomina Entorno do DF. Esta população foge dos elevados preços das terras no Distrito Federal, que em sua maioria são de propriedade do GDF. A falta de uma política de oferta de lotes urbanizados populares que antecipe a demanda, cada vez maior, faz com que a população busque no estado vizinho alternativa para sua moradia.

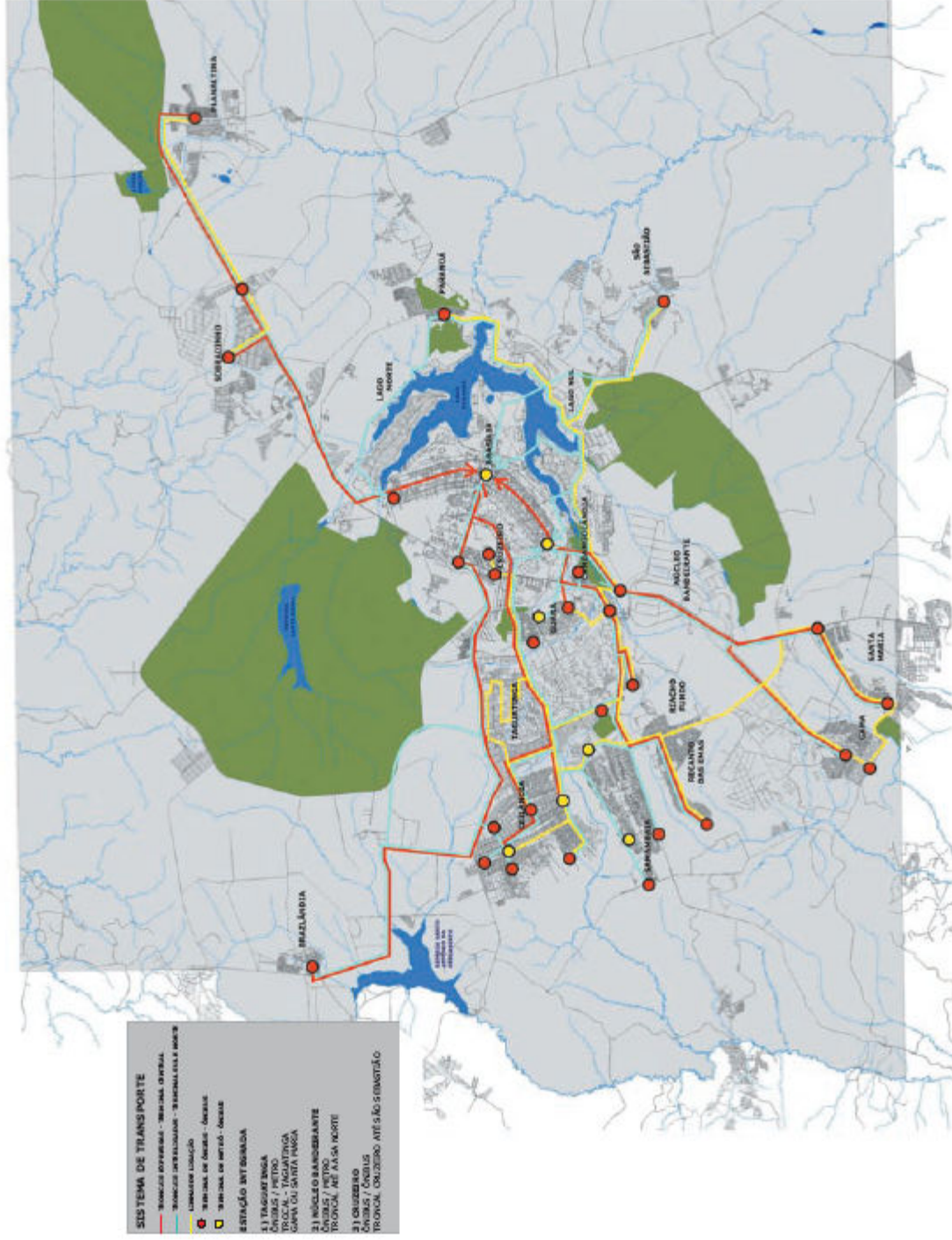
Mapa 1: Aspectos físicos de expansão urbana



Mapa 2: Corredores de Transporte



Mapa 3: Sistema de Transporte



2.3.2. Aspectos Ambientais

O Distrito Federal ocupa uma área de 5.789,16km² na região Centro-Oeste do Brasil, na qual estão inclusos 43km² de águas internas. Tem 100% de seu território na área nuclear da região dos cerrados, o segundo maior bioma brasileiro.

O Distrito Federal – apesar de ter 42% de seu território formalmente protegido por unidades de conservação ambiental, como Áreas de Proteção Ambiental (APA), Estações Ecológicas, Parques, etc. – enfrenta sérios problemas ambientais. O avanço da fronteira agrícola e da pecuária, sem a utilização de técnicas adequadas de manejo do solo, a implantação de loteamentos e assentamentos rurais em áreas inapropriadas, do ponto de vista social e ambiental, a grilagem de terras públicas, a exploração irracional de recursos minerais, principalmente por cascalheiras e garimpos clandestinos, as queimadas e os desmatamentos irregulares são apenas algumas das atividades lesivas ao meio ambiente.

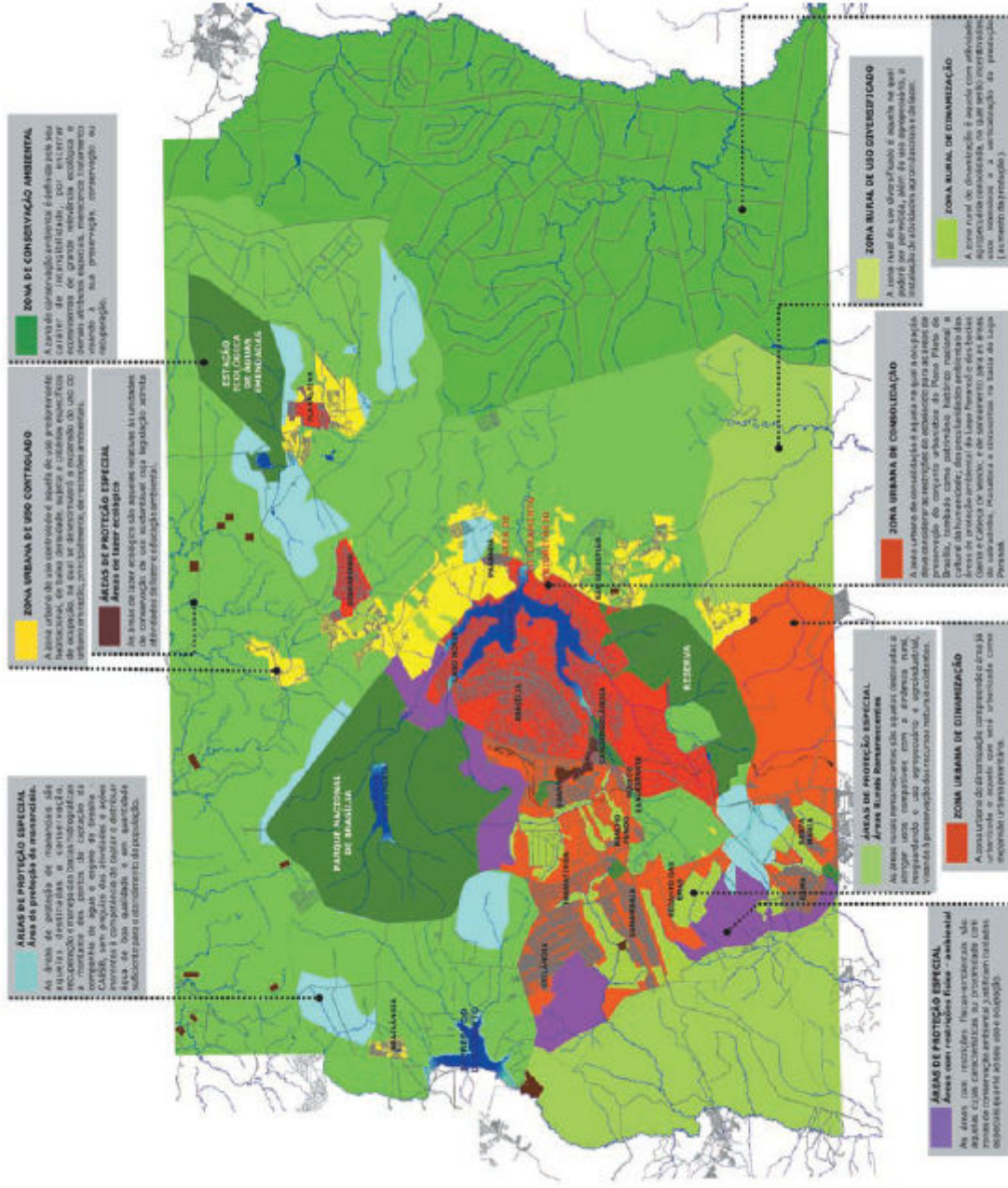
No Distrito Federal, a água é um recurso natural escasso e limitado. Apesar do Distrito Federal estar ligado às principais bacias hidrográficas do país, suas águas superficiais e subterrâneas têm pouco volume. Aproximadamente 60% das terras do DF são altas, e a água absorvida pelo solo é drenada para os rios das outras bacias.

O processo de ocupação desordenada do solo do Distrito Federal tem provocado o assoreamento dos rios e de outros corpos d'água, a erosão do solo e a contaminação da água. A água está entre os recursos naturais mais ameaçados do DF.

Muitos loteamentos e assentamentos irregulares existentes no DF situam-se em áreas públicas e têm seus limites inseridos dentro de Áreas de Proteção Ambiental (APA). A criação das APAs da Bacia do Rio Descoberto e da Bacia do Rio São Bartolomeu, por exemplo, pretendeu justamente proteger tais bacias hidrográficas e evitar os danos ambientais frequentemente ocasionados por loteamentos ilegais, tais como: assoreamento e poluição de mananciais de água, erosão do solo, desmatamentos em áreas de preservação permanente, abertura de canais e obras de terraplenagem sem prévia autorização do órgão ambiental, etc.

Os loteamentos têm sido implantados sem prévio licenciamento ambiental e sem realização de estudo de impacto ambiental (EIA-RIMA), que se destina a prever e mitigar os impactos ambientais e sociais de projetos de parcelamento do solo. A população do DF sentirá, em curto prazo, os efeitos da contaminação e do uso indiscriminado de recursos hídricos.

Mapa 4: Informações do PDOT



2.3.3. Aspectos Sócio-econômicos

A enorme concentração dos empregos no Plano Piloto transformou-se na maior responsável pela deterioração das condições sócio-econômicas de grande parcela da população do Distrito Federal, mesmo considerando a existência de uma grande atividade comercial e serviços nas cidades satélites.

A falta de empregos empurra parte da população para o mercado informal. Essa situação de informalidade gera uma grande sonegação de impostos e ocupação indevida dos espaços públicos. A atividades dos vendedores ambulantes é uma constante, notadamente no Plano Piloto (Rodoviária e SCS), e também nas cidades do Entorno, necessitando uma intervenção urgente dos poderes públicos.

Na estrutura da economia do Distrito Federal cerca de 90% das atividades produtivas estão direcionadas para o Setor Serviços, com predominância da atuação da Administração Pública, que concentra quase a sua totalidade de postos de trabalho dentro da Região Administrativa de Brasília.

Diante da situação apresentada torna-se evidente a dependência econômica das demais regiões administrativas e das cidades do entorno em relação ao Plano Piloto, fazendo com que seja fundamental uma intervenção que rompa com essa situação definitivamente.

2.3.3.1. Emprego e Renda

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/ IBGE), em 2005, registrou uma taxa de desemprego de 14,49% no Distrito Federal, enquanto a média nacional foi de 9,35%. Por outro lado, o número de ocupados aumentou mais do que a média nacional entre 2001 e 2005, o que indica que a economia local apresenta um forte dinamismo do mercado de trabalho, entretanto as oportunidades de emprego são significativamente inferiores às necessidades.

2.3.3.2. Projeção do Produto Interno Bruto

Quadro II – Projeção do Produto Interno Bruto a preço de mercado correntes – 2003-2007

Setores	R\$ (Milhões)						
	2003	2004	2005	2006	2007		
Agropecuário	278	304	223	241	262		
Indústria Extrativista Mineral	11	12	11	12	13		
Indústria de Transformação	1.198	1.308	1.186	1.285	1.392		
Eleticidade, Gás e Água	519	567	378	410	444		
Construção	1.171	1.279	1.453	1.574	1.706		
Comércio, Rep. de Veículos. Objetos Pessoais Uso Doméstico	1.391	1.519	1.556	1.686	1.827		
Alojamento e Alimentação	262	275	325	352	381		
Transportes e Armazenagem	729	796	673	729	790		
Comunicações	721	788	997	1.081	1.171		

Intermediação Financeira	5.394	5.889	6.052	6.559	7.108		
Atividade Imobiliária. Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	2.884	3.149	3.603	3.904	4.231		
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	22.422	24.484	27.343	29.631	32.110		
Setores	R\$ (Milhões)						
	2003	2004	2005	2006	2007		
Saúde e Educação Mercantis	769	839	878	951	1.031		
Outros Serviços coletivos, Sociais e Pessoais	75	82	92	100	108		
Serviços Domésticos	177	194	184	200	216		
Valor Adicionado Bruto	37.990	41.483	44.953	48.714	52.790		
Menos imputação da interm. Fin. Indiret. medidos	4.228	4.616	5.041	5.504	6.010		
PIB a preços básicos	33.763	35.372	38.295	41.460	44.886		
Mais Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios	3.990	4.357	4.757	5.194	5.672		
PIB a Preço de Mercado	37.753	39.729	43.052	46.654	50.558		

2.4. O Distrito Federal e a relação com o Entorno

Após a inauguração de Brasília iniciou-se um rápido processo de ocupação da região do Distrito Federal e dos municípios vizinhos, motivado pela política governamental incentivadora da migração de mão de obra para a construção da cidade.

Implantada, Brasília continuou a exercer a sua atração sobre as demais regiões do país, principalmente sobre a população carente dos municípios vizinhos, pela existência de uma ampla infra-estrutura social no Distrito Federal, em especial, nas áreas de saúde e educação.

A alta concentração urbana decorrente desta corrente migratória criou sérios desequilíbrios econômicos e sociais entre o Distrito Federal e os municípios vizinhos o que motivou a criação da RIDE, como um mecanismo capaz de implantar soluções imediatas e de médio prazo para os problemas existentes, através de uma ação integrada entre a União, o Distrito Federal, e os Estados e Municípios que integram a região.

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno foi criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998 e regulamentada pelo Decreto nº 2.710, de 4 de agosto de 1998, alterado pelo Decreto nº 3.445, de 4 de maio de 2000.

A RIDE é constituída pelo Distrito Federal, pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, no estado de Goiás, e de Unai e Buritis, no estado de Minas Gerais. Ocupa uma região de 55 mil quilômetros quadrados e sua população se aproxima dos 3,5 milhões de habitantes.

ANEXO II

Orientação Estratégica do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social
Unidades da Administração Pública do Distrito Federal
Competências dos Órgãos da Administração Direta
Estimativas de Receita para o período de 2008/2011
Tabela de Programas e objetivos

3. Orientação Estratégica do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social

Visão

- Tornar o Distrito Federal como referência de desenvolvimento com igualdade social.

Macro-Objetivos

- Reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento humano e social;
- Assegurar o crescimento urbano ordenado e a sustentabilidade ambiental;
- Implementar ações de crescimento, geração de renda e emprego, com ênfase na inovação e competitividade;
- Adotar ações com enfoque no equilíbrio fiscal, na gestão para resultados e na qualidade dos serviços e do atendimento ao cidadão.

Diretrizes Gerais

- Descentralização dos serviços públicos, aproximando o Estado do cidadão, aumentando a rapidez e eficiência na prestação de serviços e reduzindo a concentração que provoca a queda na qualidade de vida e na prestação dos serviços;
- Descentralização da atividade econômica, aumentando as oportunidades de emprego e renda em todas as cidades e regiões, promovendo crescimento econômico perto das

moradias, reduzindo o tempo de deslocamento casa – trabalho e melhorando a qualidade de vida de todos;

- Integração dos Órgãos e programas da Administração Pública, com o acompanhamento sistemático de todas as ações do governo, metas e objetivos, possibilitando eficiência, redução de custos e, conseqüentemente, melhoria e expansão dos serviços;
- Integração das atividades em saúde, educação, segurança e transportes, visando à melhoria da prestação dos serviços com maior produtividade e menores custos;
- Modernização da gestão pública e a criação de centros de excelência nos serviços de saúde, educação e segurança;
- Informatização de todos os processos administrativos, acompanhamento de metas e redução de custos bem como a capacitação e valorização do servidor.

3.1. Projetos Estratégicos

Entre as diversas ações propostas para o período de 2008 a 2011 destacam-se os projetos da Agenda Estratégica, criada pelo Decreto nº 27.691 de 06 de fevereiro de 2007, que instituiu o Modelo de Gestão para Resultados.

A carteira de Projetos Estratégicos é constituída por um conjunto integrado de resultados e ações delimitados no tempo que asseguram a realização das metas mobilizadoras. Esses projetos foram propostos considerando as demandas da sociedade e a necessidade da promoção do desenvolvimento com igualdade social.

Projetos Estratégicos:

Cidade Digital

UnB nas Satélites

Criação de um parque tecnológico, em parceria com a academia, iniciativa privada e 3º Setor, fomentando os setores de tecnologia da informação e comunicação no DF. Viabiliza a instalação de cerca de 2 mil empresas e a criação de 50 mil empregos.

Dentista na Escola

Aumentar o percentual de universitários em famílias com renda inferior a 10 salários mínimos, implantando, em parceria com a Universidade de Brasília, cerca de 10 faculdades nas Regiões Administrativas.

Erradicação do Analfabetismo

Atendimento odontológico para os 530 mil alunos da rede pública de ensino do DF e comunidade, que visa reduzir em 50% os índices de dentes cariados, perdidos e obturados.

Escolas Técnicas

Alfabetização dos 2,5% da população do DF entre 15 e 29 anos que se declararam analfabetos na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, visando tornar o DF a primeira Unidade da Federação a erradicar completamente o analfabetismo.

Cartão Saúde

Construção de 10 escolas profissionalizantes com capacidade de atendimento a 500 alunos por unidade, cuja finalidade é a de integrar a educação com a formação profissional, preparando jovens para o mercado de trabalho.

Cidade dos Meninos

Informatização e integração do Sistema Público de Saúde do DF, com a implementação do Cartão Saúde e utilização da telemedicina no diagnóstico dos pacientes. Visa melhorar a qualidade do atendimento aos cidadãos e a eficiência dos serviços de saúde.

Escola Modelo

Criação de um espaço de convivência, em parceria com a sociedade civil, que ofereça atividades técnicas e culturais à 5 mil jovens entre 12 e 18 anos em situação de vulnerabilidade social.

Vilas Olímpicas

Modernização do sistema escolar, mediante o aperfeiçoamento de políticas didático-pedagógicas e a adoção de uma gestão orientada a resultados. Objetiva reduzir a evasão escolar em 20% e aumentar em 30% as notas dos ensinos fundamental e médio no período de quatro anos.

Copa 2014

Construção de 20 centros poliesportivos nas cidades satélites destinados à prática desportiva e à atividade física, criando espaços de convivência esportiva, educacional e social.

Centro Administrativo

Reforma dos Estádios “Mané Garrincha”, “Bezerrão” e “Serejão” e modernização dos sistemas de comunicação, transporte e hospedagem, de acordo com os padrões da Federação Internacional de Futebol – FIFA, preparando o DF para receber grandes eventos esportivos.

Metrô Gama-Plano Piloto

Criação de um novo Centro Administrativo na região de Taguatinga e Ceilândia, onde se localizarão as sedes do Governo e órgãos da administração pública distrital. Contribuirá para a criação de novos empregos, para o desenvolvimento da região e para facilitar o atendimento ao cidadão.

Construção dos Parques Burle Marx e Taguapark

Ampliação da linha do Metrô para o Gama com 14 Km de extensão e 07 novas estações, propiciando à população da região, transporte público com qualidade, segurança e conforto.

Postos Policiais Comunitários

Criação de parques urbanos no Plano Piloto e Taguatinga cuja finalidade é a preservação ambiental e sustentabilidade do desenvolvimento urbano. São espaços destinados a realização de atividades recreativas, educacionais e culturais para a população local.

Setor Noroeste

Criação de 300 Postos Policiais comunitários, capazes de prover segurança para 2 mil famílias cada um, atendendo às 600 mil residências do DF, visando a redução dos índices de criminalidade.

Regularização de Condomínios

Criação do Setor Noroeste, que tem como objetivo a ampliação da oferta habitacional no DF, de forma planejada e sustentável.

Pólos de Agricultura Orgânica

Regularização dos condomínios em parceria com o Ministério Público, Governo Federal e comunidades envolvidas, atendendo às necessidades da população instalada e evitando danos ao meio-ambiente e à infra-estrutura urbana.

Criação de Pólos de agricultura orgânica, fomentando o cultivo de produtos naturais e ecologicamente corretos, preservando o meio-ambiente.

3.2. Outras Iniciativas Estratégicas

Merecem destaque, também, outros projetos prioritários, indicados a partir de levantamentos e estudos sobre demandas da população por novas ações e estão relacionados de acordo com cada área de atuação do Governo.

3.2.1. Desenvolvimento Urbano:

Preservação e Revitalização da Área Tombada
Urbanização das Cidades

Recuperação e revitalização da área tombada do DF – Área Central, Avenida W3, Orla, Praça dos Três Poderes entre outros. Preservando a integridade do Plano Urbanístico.
Execução de obras de urbanização das regiões administrativas mais carente.

3.2.2. Desenvolvimento econômico, emprego e geração de renda:

Desburocratização para instalação de empresas
Consolidação das ADE's
Cidade do Agronegócio

Desburocratização dos trâmites legais para implantação de novos negócios e simplificação legislativa tributária, buscando diminuir a informalidade e aumentar o volume de negócios.
Conclusão da infra-estrutura nas Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs), promovendo o desenvolvimento econômico e social e reduzindo a concentração de emprego no Plano Piloto.
Implantação de um Pólo de Desenvolvimento em Planaltina, voltado para o agronegócio, estimulando a vocação da região no desenvolvimento de atividades agrícolas.

Pró DF I e II

Infra-estrutura Logística para o Desenvolvimento
Shoppings Populares

Revisão e ampliação da concessão de benefícios para fomento do desenvolvimento econômico do DF.
Provisionamento de infra-estrutura para aumento da capacidade de escoamento da produção do Centro-Oeste, visando maior produtividade e menores custos.

Incentivo ao setor de serviços

Pacto tributário

Construção de centros comerciais populares, inicialmente na Rodoferroviária e Ceilândia, que visam organizar o comércio informal e reduzir a concentração de ambulantes nas ruas.
Racionalização do Sistema Tributário, modificando as bases de tributação do ISS.

Pólo de Desenvolvimento Compartilhado

BRB Desenvolvimento

Realização de negociação setorial para redução de alíquotas com garantias de manutenção de receita.
Implantação de um pólo de desenvolvimento econômico nos limites entre Ceilândia e Águas Lindas.

Isonomia tributária

Regularização dos Imóveis Rurais

Promoção de ações para tornar o BRB um agente de desenvolvimento econômico e de fomento do crescimento das atividades produtivas.
Criação de mecanismos para evitar a competição predatória e o conseqüente prejuízo ao empresariado local.

Novo Simples Candango

Regularização da titularidade dos imóveis rurais.
Modificação dos critérios de cálculo do Simples Candango, com objetivo de reduzir a sonegação fiscal e a informalidade.

3.2.3. Ciência e Tecnologia:

Universalização do acesso à Internet

Parques Tecnológicos

Infovia

Capacitação do cidadão no uso de tecnologias informacionais, por meio de facilidades de acesso à Internet com a revitalização dos Centros de Integração de Tecnologia da Informação – CITI, visando a inclusão digital da população.
Criação de 2 Parques Tecnológicos que visam potencializar a capacidade tecnológica do DF.
Implementar uma Intranet com o propósito de integrar os órgãos públicos do Governo do DF e permitir a aproximação do governo com a sociedade.

3.2.4. Meio Ambiente, Saneamento e Coleta Seletiva de Lixo:

Coleta Seletiva e Gestão de Resíduos

Sólidos

Recuperação de Bacias Hidrográficas

Elaboração do Zoneamento Ecológico

Econômico – ZEE – DF

Implantação da coleta seletiva em todas as Regiões Administrativas do DF aumentando a eficiência e descentralizando os serviços de varrição, coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos.
Recuperação das bacias hidrográficas por meio da contenção de processos erosivos, recuperação de matas de galeria, proteção de áreas de preservação permanentes de recarga aquíferos, restabelecimento de corredores ecológicos.
Elaboração e implantação do Zoneamento Econômico e Ecológico do DF – ZEE.

3.2.5. Turismo, Esporte, Lazer e Cultura:

Casas da Cultura

Centros comunitários de Desenvolvimento

Social

Centro de Convivência para a Terceira

Idade

Escolas de Música

Implantação de Casas de Cultura em cada cidade satélite, proporcionando à população do DF e entorno, acesso à cultura.

Tornar as áreas de atendimento social prestadoras de múltiplos serviços como: biblioteca, acesso a Internet, atendimento psicológico, concessão de carteiras profissionais.

Disponibilização de espaços de convivência e aprendizado para idosos de famílias de baixa renda, evitando o isolamento social da terceira idade.

Implantar duas Escolas de Música: uma em Taguatinga e outra em Sobradinho.

Turismo Século 21	Realização de ações de divulgação de eventos, implantação do Sistema de Atendimento ao Turista e intensificação da utilização do Centro de Convenções Ulysses Guimarães.
Parque O Povo Brasileiro	Criação de parque temático que abrigará o que for de mais representativo de cada estado brasileiro.
Apoio à Cultura	Criação da Lei de Incentivos Fiscais para a cultura local; implantação do Regime de Tributação Especial – RTE para todas as empresas de fomento à arte e à cultura e aperfeiçoar os mecanismos de acesso aos recursos do Fundo de Arte e Cultura – FAC.
Rádio Cultura	Resgate dos princípios que nortearam a criação da Rádio Cultura.
3.2.6. Desenvolvimento Social:	Adequação de espaços públicos e reforço dos mecanismos para aprovação de construções, visando facilitar o acesso e deslocamento aos cidadãos com dificuldade de locomoção.
Acessibilidade para todos	Implementação de ações para otimização do sistema penitenciário, criando oportunidades de reinserção social e preparação para o mercado de trabalho dos detentos, reduzindo os índices de reincidência de criminalidade.
Modelo de Recuperação Sócio-Educativo	Manutenção dos programas de renda mínima, como Cartão Solidarietà, Cestas Básicas, Pão e Leite, Restaurantes Populares, entre outros.
Renda Mínima	
3.2.7. Desenvolvimento Regional:	Implementação de políticas integradas de desenvolvimento, especialmente nas áreas de meio ambiente, infra-estrutura, educação, saúde, segurança, geração de emprego e renda, em parceria com a União, Estados e Municípios da Rede Integrada de Desenvolvimento do Entorno - RIDE. Visa promover a redução de desigualdades e a pressão do Entorno nos serviços públicos no DF.
Desenvolvimento e Integração do Entorno	
3.2.8. Gestão Pública:	Implantação do Modelo de Gestão para Resultados, cujo escopo prevê o gerenciamento eficaz dos projetos e o acompanhamento sistemático da realização de objetivos e metas, maximizando o desempenho da administração distrital em benefício do cidadão.
Modernização da Gestão	Informatização dos serviços prestados pelo Governo e revisão dos processos e rotinas de trabalho.
Governo Informatizado	Descentralização do atendimento e aumento da autonomia das Administrações Regionais.
Governo Eficiente	Reestruturação dos processos críticos da administração pública e eliminação dos desperdícios.
Portal do Dinheiro Público	Criação do Portal da Gestão do Dinheiro Público, visando facilitar o acompanhamento social das ações do Estado.
3.2.9. Educação:	Estabelecimento de um sistema escolar que elimine a distorção idade x série, por meio de ações conjuntas com a iniciativa privada (1ª a 4ª séries) e educação acelerada na modalidade supletiva (5ª a 8ª séries), atendendo a 100 mil alunos da rede pública.
Correção do Fluxo Escolar	Ampliação da oferta de curso superior por meio do ensino à distância.
Universidade Aberta	Concessão de bolsa de estudos, de meio salário mínimo mensal, com a contrapartida de bons rendimentos e frequência mínima em sala de aula, aos alunos, quando constatadas suas carências socioeconômicas.
Bolsa Escola do Ensino Médio	Garantia de acesso a todos os professores da rede pública financiamento para compra de equipamentos de informática.
Docentes Informatizados	Ampliação da concessão de bolsas para 5.000 vestibulandos de baixa renda, no valor de meio salário mínimo, para aqueles oriundos da rede pública.
Renda Universidade	Abertura de 200 escolas nos finais de semana, com o objetivo de atrair 50% dos alunos para atividades extracurriculares.
Fim de Semana na Escola	Descentralização do orçamento pra as unidades escolares
Gestão Escolar	Universalização do acesso ao ensino infantil (0 a 6 anos) com prioridade à pré-escola e ampliação da oferta de creches nas regiões mais carentes.
Educação Infantil	
3.2.10. Saúde:	Ampliação e melhoria do atendimento nos Centros de Saúde, incluindo o funcionamento 24hs por dia nas RAs sem hospitais, reduzindo a sobrecarga dos hospitais regionais.
Rede de Centros de Saúde	Ampliação de 60 para 300 equipes de atendimento preventivo de saúde às famílias do DF e Entorno, proporcionando a redução da sobrecarga de atendimento nos hospitais e Centros de Saúde.
Saúde da Família	Modernização dos equipamentos de diagnósticos e tratamento na rede de saúde pública do Distrito Federal.
Telemedicina	Informatização do Sistema de Saúde.
Modernização do Sistema de Saúde	

Construção e conclusão de hospitais

Modernização do Hospital do Gama para atendimento das demandas do entorno; instalação de equipamentos no Hospital do Paranoá; e conclusão do Hospital de Santa Maria.

3.2.11. Transporte e trânsito:

Trem da Integração

Aproveitamento de 22 km de via férrea existente entre Brasília e Luziânia, beneficiando 50 mil passageiros por dia, reduzindo a pressão no Eixo Sul (BR 040).

Integração dos Sistemas de Transportes

Criação do bilhete único e implementação de um modelo que otimize o fluxo de transporte e reduza o tempo e o custo de deslocamento casa-trabalho dos usuários.

Nova Rodoviária

Construção da Nova Rodoviária para a população do DF e Entorno, ampliando a integração do sistema de transportes e permitindo a utilização da Rodoviária apenas para o uso ferroviário.

Eixos de Desenvolvimento Urbano

Consolidação de novos eixos de desenvolvimento - EPIA, EPTG, Estrutural e Inter-bairros, facilitando o fluxo viário e eliminando os constantes engarrafamentos nas cidades.

Pardais

Racionalização da localização dos pardais e barreiras eletrônicas.

Metrô Linha 1

Expansão de 3,8 km da Linha 1, conclusão de 13 estações e ampliação do horário de funcionamento.

Interbairros

Construção da via de ligação entre o Plano Piloto, Guará, Águas Claras e Taguatinga Sul.

Transporte Fácil

Implantação de modelo de gestão dos transportes coletivos, baseado na integração operacional e tarifária.

Sistema Viário

Elaboração de novo conceito de circulação viária, com a criação de faixas adicionais, vias marginais, transposição em desníveis (aéreas ou subterrâneas), sinalização viária, iluminação especial, sinalização semafórica sincronizada, e quando recomendada, a implantação de Veículos Leves sobre Trilhos – VLT, ou faixas exclusivas para o transporte coletivo.

Anel Rodoviário

Construção de Anel Rodoviário do Distrito Federal, com aproximadamente 250 km.

3.2.12. Segurança:

Sistema Integrado de Segurança Pública

Integração dos serviços de Segurança Pública (CIOSP) e de Trânsito (CCO), maximizando a utilização da Inteligência e da Tecnologia para atender às necessidades de segurança e socorro da população.

3.3. Ações não orçamentárias

Ações não orçamentárias são aquelas que serão implementadas sem a necessidade de detalhamentos financeiros e de inclusão nas tabelas de Programas e Ações de Governo apresentadas no Anexo III do PPA.

As ações relacionadas a seguir foram anteriormente mencionadas entre as Iniciativas e Projetos Estratégicos com suas respectivas descrições. São elas:

- Regularização de Condomínios
- Escola Modelo
- Desburocratização para instalação de empresas
- Incentivo ao setor de serviços
- Descentralização Administrativa
- Governo Eficiente
- Correção do Fluxo Escolar
- Docentes Informatizados
- Fim de Semana na Escola
- Rede de Centros de Saúde
- Pardais
- Rádio Cultura

- Pacto tributário
- BRB Desenvolvimento
- Isonomia tributária
- Regularização dos Imóveis Rurais
- Novo Simples Candango

4. Unidades da Administração Pública do Distrito Federal

Administração Direta

São órgãos da Administração Direta do Distrito Federal:

- Gabinete do Governador;
- Gabinete do Vice-Governador;
- Casa Militar;
- Consultoria Jurídica;
- Corregedoria-Geral;
- Secretaria de Estado do Governo;
- Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia;
- Secretaria de Estado de Cultura;
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho;
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;
- Secretaria de Estado de Educação;
- Secretaria de Estado de Esporte;
- Secretaria de Estado de Fazenda;
- Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania;
- Secretaria de Estado de Obras;
- Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;
- Secretaria de Estado de Saúde;
- Secretaria de Estado de Segurança Pública;
- Secretaria de Estado de Transportes;
- Agência de Comunicação Social;
- Agência de Tecnologia da Informação;
- Agência da Região Integrada para o Desenvolvimento do Entorno;
- Agência de Fiscalização.

Órgão Central do Sistema Jurídico:

- Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Órgãos do Grupo Especializado em Segurança Pública e Defesa Civil:

- Polícia Militar do Distrito Federal;
- Polícia Civil do Distrito Federal;
- Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; e
- Defesa Civil.

Administração Indireta

São Autarquias do Distrito Federal:

- Departamento de Estradas de Rodagem – DER;
- Departamento de Trânsito – DETRAN;
- Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal – PROCON;
- Transportes Urbanos do Distrito Federal – DFRTRANS;
- Agência de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA;
- Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS;

- Serviço de Limpeza Urbana do Distrito – SLU;

São Fundações do Distrito Federal

- Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP;
- Fundação de Apoio à Pesquisa – FAP;
- Fundação Hemocentro de Brasília – FHB;
- Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde – FEPECS;
- Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB;
- Fundação Jardim Zoológico de Brasília;

São Empresas Públicas do Distrito Federal:

- Companhia do Metropolitan do Distrito Federal – METRÔ-DF;
- Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP;
- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP;
- Central de Abastecimento de Brasília – CEASA;
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER;

São Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal:

- Banco de Brasília S/A – BRB;
- Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB;
- Companhia Energética de Brasília – CEB.

Órgãos Relativamente Autônomos:

- Jardim Botânico de Brasília; e
- Arquivo Público do Distrito Federal.

5. Competências dos Órgãos da Administração Direta
São áreas da atuação dos órgãos da Administração Direta do Distrito Federal:

Gabinete do Governador:

- Assessoramento direto e imediato do Governador.

Gabinete do Vice-Governador:

- Assessoramento direto e imediato do Vice-Governador.

Casa Militar:

- Segurança pessoal e transporte do Governador e do Vice-Governador e seus familiares;
- Segurança de dignitários e autoridades em visita oficial ao Distrito Federal;
- Segurança, comunicação, suprimentos e manutenção do Palácio Buriti e residências oficiais.

Secretaria de Estado do Governo:

- Atos de Governo;
- Administrações Regionais e Entorno;
- Relações institucionais com a sociedade civil organizada;
- Relações institucionais com os Governos Federal, Estaduais, Municipais e respectivos poderes;
- Fiscalização.

Corregedoria-Geral do Distrito Federal:

- Sistema de Controle Interno;
- Correição e Tomada de Contas;
- Auditoria.

Secretaria de Estado de Fazenda:

- Gestão tributária;
- Gestão financeira;
- Política tributária e fiscal do Distrito Federal.

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão:

- Planejamento, gestão administrativa e de pessoal;
- Orçamento e finanças;
- Compras e logística;
- Previdência;
- Parceria Público-Privada;
- Assuntos sindicais;
- Relações Internacionais;
- Modernização;
- Patrimônio.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

- Desenvolvimento econômico;
- Turismo;
- Áreas, pólos e parques de desenvolvimento econômico;
- Fomentos
- Apoio às micro e pequenas empresas;
- Políticas de incentivos fiscais;
- Empreendedorismo;
- Qualificação técnica;
- Articulação com o setor produtivo.

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

- Agricultura;
- Agronegócio;
- Pecuária;
- Abastecimento;
- Defesa sanitária;
- Insumos agrícolas.

Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia;

- Infra-estrutura;
- Inclusão digital e conteúdos tecnológicos;
- Formulação científica e tecnológica;

Secretaria de Estado de Educação;

- Educação;
- Educação especial;
- Infra-estrutura de rede de ensino;
- Capacitação e treinamento do magistério.

Secretaria de Estado de Esporte:

- Esporte;
- Vilas olímpicas;
- Espaços esportivos;
- Integração com as federações esportivas.

Secretaria de Estado de Segurança Pública:

- Segurança pública integrada;
- Inteligência;
- Administração penitenciária;
- Prevenção e combate a incêndio;
- Busca e salvamento;
- Defesa Civil.

Secretaria de Estado de Cultura:

- Cultura;
- Difusão;
- Exposição, eventos e feiras culturais;
- Apoio às criações artísticas.

Secretaria de Estado de Saúde:

- Prevenção;
- Assistência integral à saúde;
- Sistemas de saúde;
- Integração comunitária de saúde;
- Integração com a rede privada;
- Vigilância sanitária;
- Capacitação dos agentes de saúde.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho:

- Ação social;
- Programas de solidariedade;
- Trabalho;
- Responsabilidade social e parceria com as empresas;
- Políticas de inclusão e assistência social;
- Políticas de apoio ao emprego e renda.

Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania:

- Ações de cidadania;
- Direitos humanos;
- Juventude;
- Ouvidoria;
- Relações sociais e minorias;
- Tribunais administrativos;
- Assistência jurídica;
- Recuperação sócio-educativa;
- Conselhos tutelares.

Secretaria de Estado de Obras:

- Obras;
 - Infra-estrutura;
 - Recuperação de equipamentos públicos.
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente:
- Desenvolvimento urbano sustentável;
 - Uso do solo;
 - Habitação;
 - Meio ambiente e recursos hídricos;
 - Unidades de conservação;
 - Parques;
 - Gestão de resíduos sólidos.
- Secretaria de Estado de Transportes:
- Sistema de transportes;
 - Sistema viário;
 - Trânsito;
 - Educação no trânsito.

Órgão Central do Sistema Jurídico

Procuradoria Geral do Distrito Federal:

- Representação judicial e extrajudicial do Distrito Federal;
- Orientação jurídico-normativa para Administração Pública do Distrito Federal.

6. Estimativas de Receita para o período de 2008/2011

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Descrição da Receita	R\$ 1,00				
	2008	2009	2010	2011	Total 2008 - 2011
Receitas Correntes	9.192.982.976	10.406.796.134	11.920.199.258	13.653.688.275	45.173.666.643
Tributária	6.027.430.676	6.823.274.058	7.815.545.277	8.952.117.041	29.618.367.052
Contribuições	798.031.664	903.401.308	1.034.777.991	1.185.260.063	3.921.471.026
Patrimonial	24.309.008	27.518.695	31.520.587	36.104.453	119.452.742
Industrial	12.311	13.936	15.963	18.284	60.493
Serviços	416.120.834	471.064.147	539.568.415	618.034.882	2.044.788.278
Transferências	1.554.475.336	1.759.723.471	2.015.630.377	2.308.752.417	7.638.581.602
Outras Receitas	372.603.147	421.800.519	483.140.649	553.401.136	1.830.945.450
Receitas de Capital	556.726.890	630.235.393	721.887.060	826.867.125	2.735.716.468
Operações de Crédito	221.111.252	250.306.101	286.706.741	328.400.925	1.086.525.020
Alienação de Bens	116.055.923	131.379.589	150.485.400	172.369.665	570.290.577
Amortizações	23.793.761	26.935.416	30.852.485	35.339.192	116.920.854
Transferências	195.765.953	221.614.287	253.842.434	290.757.343	961.980.017
Receitas Intraorçamentárias Correntes	43.964.336	49.769.252	57.006.921	65.297.123	216.037.632
Serviços	37.090.944	41.988.318	48.094.448	55.088.559	182.262.270
Transferências	6.873.392	7.780.934	8.912.472	10.208.564	33.775.363
Receitas Intraorçamentárias de Capital	1.857.274	2.102.503	2.408.258	2.758.478	9.126.512
Transferências Intraorçamentárias	1.857.274	2.102.503	2.408.258	2.758.478	9.126.512
Dedução das Transferências Correntes	-623.994.517	-706.384.831	-809.110.492	-926.774.981	-3.066.264.821
Receita de Impostos	-566.346.913	-641.125.615	-734.360.987	-841.155.066	-2.782.988.582
Transferências	-53.145.812	-60.163.021	-68.912.198	-78.933.720	-261.154.752
Outras Receitas	-4.501.792	-5.096.195	-5.837.306	-6.686.194	-22.121.487
Total Receita	9.171.536.959	10.382.518.451	11.892.391.005	13.621.836.021	45.068.282.435

7. Tabela de Programas e respectivos objetivos

ANEXO III

Programas de Governo